

NOTA ^{técnica} AIPARDES

Nº 2

**Agronegócio Paranaense:
movimentos recentes e
importância no âmbito nacional**

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessutti - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Allan Jones dos Santos - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro de Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar - *Editoração Eletrônica*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão*

NOTA *técnica* AIPARDES

As notas técnicas do IparDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

AGRONEGÓCIO PARANAENSE: MOVIMENTOS RECENTES E IMPORTÂNCIA NO ÂMBITO NACIONAL

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

INTRODUÇÃO

A agropecuária paranaense sofreu transformações importantes ao longo das últimas décadas, em razão da abertura comercial, da exaustão dos tradicionais instrumentos de financiamento da atividade, amparados em recursos públicos, e da crescente participação do país como fornecedor global de alimentos. Em paralelo, a ampliação da fronteira agrícola, avançando principalmente nas porções centrais e setentrionais do território nacional, a continuidade do progresso tecnológico e a influência ascendente dos grandes grupos empresariais como indutores de mudanças produtivas e ocupacionais, por meio de uma maior coordenação entre os proprietários rurais e os agentes agroindustriais, impuseram alterações ao ambiente no qual está inserido o setor primário estadual, assim como os segmentos manufatureiros diretamente articulados à agropecuária.

Nesse contexto, o presente trabalho procura examinar, de forma sucinta, os movimentos do agronegócio do Paraná, buscando posicioná-lo em um cenário de mudanças em âmbito nacional. Além das tendências estruturais da agricultura e pecuária, este texto apresenta considerações acerca da dinâmica recente da agroindústria local, com maior ponderação aos ramos dedicados à oferta de alimentos.

1 AS MUDANÇAS NO PERFIL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA PARANAENSE

No período recente, a participação do Estado na renda gerada pela agropecuária brasileira apresentou reduzida oscilação. Segundo dados das Contas Regionais do IBGE, de 1997 a 2007, a importância relativa do Paraná no valor adicionado do setor primário nacional,

* Administrador, pesquisador do IPARDES.

proxy do PIB do segmento, variou de 8,8% a 11,6% (tabela 1), percentuais que poderiam ser ainda mais próximos se não fosse a forte interferência de fatores extraordinários, representados pelas intensas estiagens, nos resultados da produção agrícola no biênio 2005-2006, o que levou a um declínio do peso estadual nos mencionados exercícios.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA - 1997-2007

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)	ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1997	10,2	2003	11,6
1998	10,2	2004	10,8
1999	10,4	2005	8,9
2000	9,6	2006	8,8
2001	9,0	2007	9,5
2002	9,8		

FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

A reduzida flutuação da representatividade paranaense é apontada também pelas estatísticas concernentes à receita bruta da agricultura, igualmente disponibilizadas pelo IBGE. Considerando a produção de 31 lavouras temporárias e 33 permanentes, além da silvicultura, observa-se que a participação do Estado no faturamento agrícola nacional atingiu 13,7% no quinquênio 2004-2008, intervalo temporal que minimiza a influência de resultados anuais positiva ou negativamente extraordinários, um pouco acima da importância relativa de 12,9% registrada no período 1995-1999 (tabela 2), com a atualização de valores pelo IGP-DI.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - QUINQUÊNIOS 1995-1999 E 2004-2008

UF	PARTICIPAÇÃO (%)							
	1995-1999 ⁽¹⁾				2004-2008 ⁽¹⁾			
	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Silvicultura	Total	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Silvicultura	Total
São Paulo	17,4	21,7	12,9	18,7	15,4	25,5	16,6	18,0
Paraná	15,5	6,1	14,3	12,9	15,9	3,8	22,3	13,7
Rio Grande do Sul	16,2	6,3	9,0	13,5	13,4	6,2	10,1	11,6
Minas Gerais	8,2	23,0	32,0	13,0	7,9	22,6	18,0	11,6
Mato Grosso	6,9	1,3	0,0	4,9	14,0	0,7	0,2	10,4
Bahia	5,2	11,2	4,9	6,7	5,4	12,8	8,5	7,2
Goiás	5,7	0,9	2,5	4,2	7,2	1,0	0,7	5,4
Santa Catarina	4,9	2,9	12,9	4,9	4,3	2,7	13,7	4,7
Mato Grosso do Sul	3,4	0,3	2,1	2,5	3,9	0,1	1,4	2,9
Espírito Santo	0,7	8,3	5,7	2,8	0,4	9,7	4,4	2,6
Outros estados	15,8	18,0	3,7	15,9	12,2	14,8	4,0	12,0
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

O valor da produção corresponde à multiplicação da quantidade colhida pelo preço médio de cada produto.

(1) Para o cálculo das participações em períodos quinquenais, foram corrigidos os valores anuais correntes disponibilizados pelo IBGE, utilizando o IGP-DI médio anual.

É interessante colocar que esse pequeno avanço se contrapõe às participações declinantes de outros tradicionais produtores agrícolas, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas quedas dos pesos relativos estão diretamente relacionadas ao crescimento pronunciado dos estados do Centro-Oeste, sobressaindo Mato Grosso e Goiás. Portanto, não obstante as mudanças na distribuição regional da renda do setor primário brasileiro, com aumento significativo da representatividade da área dos cerrados, o Estado do Paraná vem preservando seu espaço econômico, o que se deve às alterações na estrutura da produção.

Tais modificações são ressaltadas pelas diferenças entre os desempenhos dos grupos de culturas/produtos, sendo significativo o aumento da participação paranaense no segmento que engloba os bens da silvicultura, com salto de 14,3% para 22,3%, em contraposição ao declínio da importância local no valor da produção nacional das lavouras permanentes, de 6,1% em 1995-1999 para 3,8% em 2004-2008. Já em relação às lavouras temporárias, agrupamento preponderante em termos de faturamento, o peso estadual evoluiu 0,4 ponto percentual (p.p.), subindo de 15,5% para 15,9%.

Em um exame mais detalhado, verifica-se que o dinamismo do Paraná na silvicultura derivou principalmente da elevação expressiva do valor da produção da madeira em tora, enquanto as receitas geradas pelas culturas temporárias foram impulsionadas, em grande medida, pela soja. Por outro lado, a trajetória descendente da participação do Estado no ramo das lavouras permanentes decorreu do menor faturamento da cafeicultura, havendo ainda influência negativa de alguns segmentos da fruticultura.

Corroborando a relevância da soja e da madeira como diferenciais dinâmicos, é possível constatar que, com a exclusão do crescimento real do valor da produção desses dois itens, a evolução do faturamento total da atividade primária paranaense seria muito inferior à efetivamente registrada. De forma mais precisa, sem considerar a soja e a madeira, a expansão da receita setorial atingiria uma variação real de apenas 15,5% no quinquênio 2004-2008, em comparação ao período 1995-1999, muito abaixo dos 43,7% verdadeiramente contabilizados (tabela 3), o que redundaria em decréscimo da representatividade da agricultura local no valor da produção nacional, devidamente corrigido com a dedução das cifras referentes aos dois produtos citados.

Ademais, a ampliação do faturamento agrícola estadual refletiu os bons desempenhos do milho, trigo, cana-de-açúcar e fumo, todos com destacada contribuição positiva para a taxa global de crescimento da receita bruta. Em relação a esse último produto, a despeito do seu baixo peso na estrutura do valor da produção regional, o notável aumento real de 123,7% do faturamento assegurou um acréscimo de 2,8 p.p. na taxa concernente ao conjunto dos bens da agricultura e da silvicultura, o que pode ser explicado pelo crescente número de produtores integrados à agroindústria, com a ampliação das unidades de beneficiamento do fumo, localizadas tanto no Paraná quanto nos demais estados da Região

Sul. De acordo com o Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), o contingente de fumicultores no Estado avançou 53,7% na presente década, passando de 20,1 mil na safra 2000/2001 para 30,9 mil na temporada 2008/2009.

TABELA 3 - TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA - PARANÁ - QUINQUÊNIOS 1995-1999 E 2004-2008

PRODUTO	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Taxa Real (%) ⁽¹⁾	Composição da Taxa
Soja	66,1	20,3
Milho	40,2	8,2
Madeira em tora	173,6	7,9
Trigo	62,0	3,2
Fumo	123,7	2,8
Cana-de-açúcar	33,1	2,5
Feijão	27,5	1,5
Mandioca	41,2	1,3
Lenha	164,8	0,7
Tomate	76,9	0,6
Outros produtos	-26,9	-5,2
TOTAL	43,7	43,7

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Quinquênio 2004-2008 em comparação a 1995-1999. Para o cálculo da taxa real, foi utilizado o IGP-DI da FGV.

Em outros casos, a considerável contribuição para o crescimento setorial derivou da combinação entre uma alta representatividade na estrutura agrícola e uma variação relativa não tão elevada do valor da produção. Como exemplo, pode-se mencionar o milho, que propiciou aumento de 8,2 p.p. à taxa geral, apesar da elevação real de 40,2% da sua receita bruta nos intervalos em análise, abaixo da média do segmento.

A propósito, as disparidades entre as taxas de crescimento do valor da produção em nível de produto redundaram em alterações importantes no perfil agrícola. No quinquênio 1995-1999, a soja foi responsável por 30,7% do faturamento setorial, participação que subiu para 35,5% no período 2004-2008 (tabela 4), em razão do movimento altista dos preços da oleaginosa e, principalmente, do incremento na produção física. Na mesma direção, os pesos relativos de outros produtos foram ampliados, cabendo destacar o salto de 4,5% para 8,6% da madeira, de 5,1% para 5,8% do trigo e de 2,2% para 3,5% do fumo.

Em trajetória oposta, o milho, a cana-de-açúcar, o feijão, o café e a batata-inglesa passaram a responder por parcelas menores do valor total da produção agrícola, sendo que, no caso dos dois últimos itens, foram registradas taxas reais negativas das receitas, levando a proeminentes quedas de 6,5% para 2,5% da participação do café e de 3,5% para 1,7% da importância da batata-inglesa.

TABELA 4 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA - PARANÁ - QUINQUÊNIOS 1995-1999 E 2004-2008

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%) ⁽¹⁾	
	Quinquênio 1995-1999	Quinquênio 2004-2008
Soja	30,7	35,5
Milho	20,4	19,9
Madeira em tora	4,5	8,6
Cana-de-açúcar	7,5	6,9
Trigo	5,1	5,8
Feijão	5,6	5,0
Fumo	2,2	3,5
Mandioca	3,2	3,2
Café	6,5	2,5
Batata-inglesa	3,5	1,7
Tomate	0,8	1,0
Lenha	0,4	0,7
Uva	1,2	0,7
Arroz	0,9	0,5
Banana	0,4	0,5
Outros produtos	6,9	4,0
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Para o cálculo das participações em quinquênios, foram atualizados os valores anuais correntes pelo IGP-DI.

As mudanças na estrutura do faturamento da atividade primária paranaense incluíram também o avanço da concentração. Tanto é assim que os três principais produtos da pauta da agricultura e da silvicultura no quinquênio 2004-2008 (soja, milho e madeira em tora, em ordem decrescente de importância) representaram 64,0% do total do valor da produção, acima da participação atinente ao período 1995-1999, quando os três itens mais relevantes (soja, milho e cana-de-açúcar) foram responsáveis por 58,6% da receita global. Considerando o grupo das cinco maiores *commodities*, verifica-se que a participação do agregado subiu de 70,7% para 76,7%, sendo necessário citar que o feijão e o café deixaram de compor o agrupamento dos cinco principais produtos em 2004-2008, cedendo posições para a madeira e o trigo.

Diante de tudo isso, fica clara a ampliação do foco comercial do setor agrícola estadual, privilegiando os segmentos que têm como características a inserção no mercado externo, a reduzida dependência em relação ao crédito oficial, a opção do financiamento privado e a forte articulação com as atividades agroindustriais, principalmente com aquelas em que predominam as grandes corporações, delineando um movimento que inclui ainda a diminuição do peso econômico dos ramos voltados preponderantemente ao atendimento do consumo doméstico, dependentes dos instrumentos creditícios governamentais e com baixa coordenação entre os produtores de matérias-primas e a indústria. A continuidade dessa tendência, que garantiu a preservação da representatividade do setor primário paranaense

no plano nacional, é evidenciada pela queda da importância relativa de culturas como o feijão e a batata-inglesa na estrutura agrícola, como também pela expansão do fumo, da soja e da silvicultura, vinculados às indústrias tabagista, de óleos vegetais e madeireira-papeleira, não coincidentemente com fortes bases no Estado.

Ilustrando uma dessas transformações, a área de reflorestamento de pinus e eucalipto progrediu 7,7% em um curto espaço de tempo no Paraná, passando de 792,8 mil hectares em 2005 para 853,7 mil em 2009, conforme estatísticas da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF). Essa evolução pode ser imputada principalmente à superfície destinada ao eucalipto, que saltou de 115,0 mil para 157,9 mil hectares, em função da ascendente demanda nacional pelo referido insumo para a produção de celulose de fibra curta.

Tais mudanças são igualmente observáveis na pecuária, uma vez que os melhores indicadores de desempenho vêm sendo registrados pelas atividades que apresentam alto coeficiente de exportação e/ou que mantêm laços estreitos com agentes fabris. Prova disso é que a produção estadual de leite progrediu 79,4% de 1995 a 2008 (tabela 5), refletindo, entre outros fatores, as relações mais sólidas entre os fabricantes de derivados lácteos e os produtores rurais, o que inclui, como ações dos atores agroindustriais, o melhoramento genético dos rebanhos, o fornecimento de suplementação alimentar, a assistência sanitária e o financiamento dos equipamentos necessários ao cumprimento dos padrões de qualidade pelos pecuaristas. Consequentemente, a ampliação da produção paranaense de leite derivou não apenas do maior plantel bovino em ordenha, havendo influência também da produtividade. Nesse sentido, é emblemático o caso da mesorregião Centro-Oriental, onde operam grandes unidades de alimentos lácteos industrializados, que registrou expressiva ascensão do rendimento por animal nas últimas décadas, atingindo atualmente patamares de eficiência muito superiores aos anotados pelo Estado e pelo País.

TABELA 5 - EFETIVO DOS REBANHOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - PARANÁ - 1995-2008

ITEM	RESULTADO ABSOLUTO		VARIÇÃO (%)
	1995	2008	
Efetivo dos rebanhos (cabeças) ⁽¹⁾			
Bovinos	9.389.200	9.585.600	2,1
Suínos	3.929.536	4.631.600	17,9
Aves ⁽²⁾	110.893.243	237.876.028	114,5
Produtos de origem animal			
Leite (mil litros)	1.576.541	2.827.931	79,4
Ovos de galinha (mil dúzias)	247.781	323.348	30,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

(1) Posição em 31/12.

(2) Não inclui codornas.

Como outro exemplo, pode-se citar a avicultura, cujo efetivo saltou de 110,9 milhões de cabeças em 1995 para 237,9 milhões em 2008, com números referentes às posições em 31 de dezembro de cada ano. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 14 mil estabelecimentos rurais mantêm criações de aves integradas à indústria no Paraná, sendo

preponderantes as propriedades com menos de 50 hectares, que representam 86% desse total, evidenciando a importância da atividade como alternativa econômica para os pequenos e médios produtores. Adicionalmente, não há dúvida de que o êxito da avicultura tem relação com a alta escala propiciada pelo mercado externo, o que é ressaltado pela segunda posição da carne de frango entre os produtos exportados pelo Estado, suplantada somente pela soja em grão.

2 O DESEMPENHO RECENTE DA AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ

Em um breve exame da agroindústria paranaense, é possível constatar razoável heterogeneidade entre os resultados dos diferentes segmentos no período recente. Tendo como base os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, verifica-se que a participação do Estado no Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional do ramo de alimentos e bebidas, *proxy* da renda gerada pela referida atividade manufatureira, alcançou 9,2% no ano de 2007 (tabela 6), pouco acima do percentual contabilizado em 1996, quando o Paraná respondeu por 8,8% do VTI brasileiro do setor.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DO BRASIL, SEGUNDO RAMOS AGROINDUSTRIAIS - 1996/2007

RAMO AGROINDUSTRIAL	PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)				
	1996	1999	2002	2005	2007
Fabricação de alimentos e bebidas	8,8	7,8	10,0	8,2	9,2
Abate e preparação de produtos de carne	13,7	10,1	13,4	9,4	9,0
Produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	0,7	1,5	4,9	4,5	5,6
Produção de óleos e gorduras vegetais e animais	25,2	17,0	24,3	12,9	16,8
Laticínios	5,8	4,8	6,3	7,1	7,7
Fabricação de produtos amiláceos e de rações para animais	16,0	15,2	10,9	10,2	11,0
Fabricação e refino de açúcar	4,2	7,3	6,2	4,9	8,5
Torrefação e moagem de café	12,1	27,7	19,8	10,9	9,8
Fabricação de outros produtos alimentícios	3,7	3,5	6,0	9,5	13,9
Fabricação de bebidas	3,3	4,4	5,2	4,2	4,1
Fabricação de produtos do fumo	17,6	3,4	5,0	2,7	3,2
Fabricação de produtos de madeira	24,3	28,2	26,3	26,9	23,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	7,7	10,1	12,5	11,1	10,4
Produção de álcool	8,8	7,4	7,8	5,3	7,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

Apesar dessa relativa estabilidade, são díspares os desempenhos dos subsetores integrantes da indústria alimentícia, sendo proeminentes os avanços dos segmentos de laticínios, açúcar e conservas de vegetais, em contraposição às quedas dos ramos de óleos vegetais, ração animal, torrefação de café e carnes, marcados pela decrescente representatividade paranaense. Como se sabe, a diminuição do peso estadual na industrialização do

café tem relação direta com a atual inexpressividade da produção primária, corroborada pela colheita de apenas 89,2 mil toneladas do produto em 2009, o que correspondeu a 3,7% do total nacional, muito abaixo, por exemplo, das 313,4 mil toneladas obtidas em 1990, que representaram 10,7% do volume da safra brasileira.

Já no que tange à fabricação de óleos vegetais e ração animal, a trajetória declinante da importância do Paraná no plano nacional decorre dos movimentos do sistema agroindustrial da soja. É de conhecimento geral que, há décadas, o potencial de crescimento da produção da leguminosa vem sendo transferido da Região Sul para a área dos cerrados, levando igualmente ao deslocamento da atividade de processamento, dadas as vantagens logísticas proporcionadas pela proximidade em relação à oferta da matéria-prima.

Para tornar mais clara essa tendência, o Paraná foi responsável por 16,5% da produção nacional de soja na temporada 2008/2009, com a colheita de 9,4 milhões de toneladas, abaixo da participação de 23,6% do início dos anos 1990. Em simultâneo, a importância relativa do Mato Grosso subiu de 18,3% para 31,5%, refletindo, além da elevação da produtividade, a pronunciada expansão dos espaços destinados ao cultivo da oleaginosa. Diante disso, não são surpreendentes a redução do peso paranaense na industrialização do produto e a evolução da representatividade dos estados da fronteira agrícola, confirmadas pelas estatísticas da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que apontam para uma queda de 30,4% para 20,7% da participação do Estado na capacidade nacional de processamento de soja no período 1998-2009, concomitante ao crescimento de 7,3% para 17,7% do Mato Grosso.

Em adição aos fatores logísticos, deve-se considerar que a nova configuração espacial da indústria de óleos vegetais vem sendo determinada também por mudanças tributárias. Mais precisamente, com a sanção presidencial da Lei Kandir em setembro de 1996, isentando as exportações do ICMS, as esmagadoras de soja passaram a acumular créditos do mencionado imposto, dificilmente recuperáveis, nas vendas ao exterior de produtos industrializados que exigiram anteriormente compras interestaduais de matéria-prima, as quais, por sua vez, não foram abrangidas pela medida de desoneração do comércio exterior.

Na prática, essa alteração na legislação tributária vem restringindo a circulação comercial da soja em grão entre as unidades da Federação, com estímulo à instalação de fábricas de óleos vegetais em estados amplamente superavitários no balanço entre a oferta agrícola e a demanda industrial, o que reduz a necessidade da aquisição interestadual do produto primário. Nessas condições, a região produtora da leguminosa torna-se ainda mais importante como fator de definição locacional da atividade manufatureira, acelerando a migração da indústria cuja capacidade instalada suplanta a oferta local do bem agrícola, com impactos negativos sobre as economias regionais que não apresentam perspectivas de crescimento relevante da produção de soja, como a paranaense, em virtude do atingimento do pleno aproveitamento do território agricultável.

Ainda em relação à Lei Kandir, é importante citar que a eliminação da escala tributária inversa ao valor agregado da mercadoria exportada vem redundando no aumento das vendas externas da soja em grão, em detrimento do óleo e do farelo, o que deriva também da posição de alguns grandes compradores, como a União Europeia e a China, de promover a importação do produto *in natura* para o posterior processamento pelas estruturas industriais ali instaladas. De qualquer modo, é nítida a perda qualitativa na pauta das exportações do complexo soja, não obstante a elevação das receitas cambiais geradas pelo segmento, o que indubitavelmente afetou o desempenho da industrialização da oleaginosa em âmbitos nacional e estadual no período recente.

Entre os ramos alimentícios em que o peso do Paraná é descendente, resta mencionar ainda a indústria de carnes. Nesse caso, o declínio da participação no VTI brasileiro não pode ser atribuído ao abate de aves, uma vez que essa atividade, em sintonia com o crescimento da criação avícola explicitado anteriormente, avançou de forma expressiva nas últimas décadas, alcançando a produção de 2,5 milhões de toneladas em 2009, resultado 245,6% superior ao contabilizado em 1997 (tabela 7). Com isso, a importância relativa do Paraná nos abates nacionais de aves subiu consideravelmente, atingindo uma participação de 25,0% no ano de 2009, o que assegurou a liderança entre os estados brasileiros, com um volume de produção 28,9% maior que o de Santa Catarina, que presentemente ocupa a segunda posição no *ranking* das unidades da Federação.

TABELA 7 - ABATE DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997/2009

ANO	AVES		BOVINOS		SUÍNOS	
	Peso das carcaças (toneladas)	Part. PR/BR (%)	Peso das carcaças (toneladas)	Part. PR/BR (%)	Peso das carcaças (toneladas)	Part. PR/BR (%)
1997	720 154	18,5	225 021	6,7	189 459	18,8
2003	1 344 398	21,6	219 774	4,4	359 139	18,7
2009	2 489 061	25,0	225 972	4,5	509 156	17,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

A pujança estadual nessa atividade pode ser explicada pela ampla disponibilidade de determinados insumos, como o milho, em situação oposta à do complexo agroindustrial da avicultura catarinense, dependente do fornecimento do grão por outras regiões. Ademais, é certo que a destacada performance paranaense deriva das condições propícias para o desenvolvimento do sistema de integração entre os proprietários rurais do Estado, da consolidação da carne de frango como alimento de consumo frequente pelos brasileiros, levando em conta que a atual demanda *per capita* ultrapassa 30 quilos/ano, e do ganho de espaço no mercado externo. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), trabalhados pelo IPARDES, as exportações estaduais de carne de frango *in natura* evoluíram 452,3% nos últimos dez anos, passando de US\$ 219,7 milhões em 2000 para US\$ 1,2 bilhão em 2009, enquanto as vendas externas da carne industrializada da ave subiram de US\$ 3,8 milhões para US\$ 77,9 milhões.

Por conseguinte, é incontestável a performance virtuosa da cadeia avícola local, podendo-se vincular o recuo da representatividade do Paraná no ramo de carnes aos abates de suínos e, principalmente, de bovinos. Em relação a esse último, sabe-se que a estagnação produtiva está relacionada, entre outras causas, às limitações espaciais para o desenvolvimento da bovinocultura extensiva, aprofundadas pelo avanço de algumas lavouras sobre as áreas de pastagens. Segundo informações dos censos agropecuários, as pastagens plantadas ocuparam uma superfície de 3,4 milhões de hectares no Estado em 2006, o que correspondeu a uma retração de -35,9% em comparação aos 5,3 milhões de hectares registrados em 1995, explicando a exígua evolução do rebanho bovino paranaense.

Aliás, mesmo que inexpressivo, o crescimento do efetivo total de bovídeos deve ser imputado à cadeia do leite, que vem apresentando resultados muito melhores que os do complexo da carne bovina. De 1996 a 2007, a participação estadual no VTI nacional do ramo de laticínios saltou de 5,8% para 7,7%, em razão da diversificação produtiva, na direção da fabricação de alimentos com grau de processamento mais elevado, e do aumento do número de unidades de industrialização. Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os estabelecimentos do segmento de laticínios somaram 403 no Paraná em 1996, passando para 510 em 2007, o que representou incremento da ordem de 26,6%.

Assim como no ramo de derivados lácteos, o Estado galgou espaços na fabricação de açúcar e de conservas de vegetais, como reflexo, no primeiro caso, das favoráveis condições para a exportação da mercadoria, o que ajuda a explicar a estável representatividade regional no VTI brasileiro do segmento alcooleiro, havendo razoável influência do crescimento da produção de sucos, tanto de soja como de frutas, no bom desempenho da atividade que engloba a industrialização de conservas de vegetais.

Já no que diz respeito aos complexos agroindustriais não voltados à oferta de alimentos, merece menção a indústria do fumo. Nesse ramo, a importância paranaense na esfera nacional recuou substancialmente de 1996 a 2007, passando de 17,6% para 3,2%, devido ao encerramento das atividades de uma grande empresa multinacional de cigarros na segunda metade dos anos 1990, que operava na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Cabe salientar, todavia, que a participação estadual vem progredindo nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2005, por conta do volume ascendente de produção de uma unidade de beneficiamento de fumo localizada em Rio Negro, município distante cerca de 120 quilômetros da capital paranaense.

Diferentemente do desempenho apresentado na manufatura do tabaco, o peso do Estado no valor agregado da indústria brasileira de base florestal foi pouco oscilante. No caso da fabricação de bens madeireiros, a participação do Paraná no VTI nacional girou ao redor de 25% no período 1996-2007, enquanto na produção de papel e celulose houve elevação de 7,7% para 10,4%, mas com reduzida flutuação dessa representatividade a partir de 1999, quando a importância relativa estadual já havia ultrapassado o patamar de 10%.

É curioso que essas estáveis participações destoam da forte expansão da silvicultura paranaense, descrita em momento anterior, podendo-se atribuir a assimetria entre as performances da oferta primária e do valor adicionado da indústria madeireira à compressão das margens na atividade de manufatura, com as restrições impostas às exportações pela apreciação cambial e pelas condições pouco favoráveis do mercado internacional. De maneira mais clara, a diminuição da rentabilidade das vendas externas de madeira, cujos desdobramentos econômicos foram maiores no Paraná devido ao alto coeficiente de exportação da indústria local, comprometeu o faturamento setorial, o que redundou, frente à manutenção dos níveis dos custos industriais, em resultados do VTI que não asseguraram avanço da representatividade estadual na renda gerada nacionalmente.

Contraditoriamente, o desempenho não destacado da indústria paranaense de papel e celulose, suficiente apenas para a preservação da sua importância relativa nos últimos anos, está relacionado ao baixo patamar das exportações. No ano de 2009, a pasta celulósica foi o nono principal item da pauta das vendas externas brasileiras, gerando divisas da ordem de US\$ 3,3 bilhões ao País, mas com uma irrisória participação de 0,2% do Estado nesse considerável valor, equivalente a US\$ 7,8 milhões.

Tais números indicam que a produção local de celulose está voltada, quase que exclusivamente, ao atendimento da demanda das unidades papeleiras nacionais, sendo marginal o aproveitamento das oportunidades comerciais em âmbito internacional, ampliadas atualmente pelo elevado consumo chinês e pela redução da produção no Hemisfério Norte. Em consequência disso, o Estado é muito mais representativo na fabricação de papel do que na oferta de pastas de madeira, respondendo por 9,3% da produção brasileira de celulose em 2008, segundo estatísticas do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Paraná (Sinpacel), abaixo da participação de 20,8% no segmento papeleiro.

Em resumo, as atividades agroindustriais apresentam desempenhos diversos em nível estadual, refletindo condições específicas. Mas, de modo a explicitar alguns movimentos de caráter abrangente, verifica-se que o valor agregado do conjunto da indústria paranaense de alimentos e bebidas evoluiu a uma taxa média real de 2,7% ao ano no período 1996-2007, com correção pelo Índice de Preços por Atacado (IPA), acima da variação de 2,3% registrada por esse mesmo setor em âmbito nacional, o que ampliou de forma tênue o peso do Estado na produção alimentícia. Esse crescimento tem como uma de suas características a intensidade da utilização de mão de obra, enfatizada pelo pronunciado aumento médio anual de 7,6% do pessoal ocupado no intervalo em análise, superando a taxa brasileira de 4,1% (tabela 8).

TABELA 8 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO, VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO - PARANÁ - 1996-2007

UF	TAXA MÉDIA ANUAL 1996-2007 (%)		
	Pessoal Ocupado	Valor da Transformação Industrial ⁽¹⁾	Produtividade do Trabalho ⁽¹⁾
São Paulo	2,6	0,8	-1,7
Minas Gerais	3,4	3,4	0,0
Paraná	7,6	2,7	-4,5
Rio Grande do Sul	3,0	1,0	-1,9
Santa Catarina	4,6	3,6	-1,0
Goiás	8,9	8,1	-0,7
Amazonas	3,5	5,9	2,3
Rio de Janeiro	-1,8	-2,7	-0,9
Mato Grosso	13,6	9,4	-3,7
Pernambuco	4,5	0,2	-4,1
Bahia	2,3	2,6	0,3
Mato Grosso do Sul	8,7	7,2	-1,4
Outras UFs	5,3	4,1	-1,1
BRASIL	4,1	2,3	-1,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

(1) Em termos reais, com a aplicação do Índice de Preços por Atacado (IPA).

Em razão desse diferencial, a participação relativa do Paraná no emprego da indústria nacional de alimentos e bebidas subiu de 7,2% em 1996 para 10,4% em 2007, em uma trajetória concomitante ao declínio da produtividade setorial do trabalho, explicado pelas peculiaridades das atividades mais dinâmicas em termos de crescimento, como o abate de aves e a fabricação de açúcar, cuja relação entre o VTI e o pessoal ocupado é consideravelmente menor que a média do segmento alimentício. Mesmo levando em conta que a queda da produtividade ocorreu na maioria das unidades da Federação, o que pode estar relacionado a um processo amplo de concentração em bens menos elaborados, ligado, entre outros fatores, ao comércio internacional, é fato que a indústria de alimentos do Estado apresentou decréscimo mais acentuado do valor adicionado por trabalhador, contabilizando uma variação média anual de -4,5% no período 1996-2007.

Entre outros movimentos importantes, cabe mencionar ainda aquele relacionado à inserção internacional. Em 2007, as exportações da indústria paranaense de alimentos e bebidas atingiram um valor equivalente a 31,3% do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) do segmento, percentual superior aos 20,5% anotados em nível nacional (tabela 9), o que revela um forte vínculo regional com o mercado externo, amplificando os efeitos negativos de eventuais contrações da demanda global e potencializando, por outro lado, os ganhos em períodos de aquecimento da economia mundial.

Em consequência principalmente da valorização cambial, o coeficiente de exportação da indústria alimentícia local apresentou contínua queda no triênio 2005-2007, após ultrapassar a marca de 44% nos exercícios de 2003 e 2004, quando a elevada cotação da

moeda norte-americana propiciou aumento significativo das receitas em reais das vendas ao exterior. A título de ilustração, a taxa de câmbio real – referente ao dólar, com correção pelo IPCA – alcançou na média de 2003 um nível 73% superior ao registrado em 2007, segundo dados do Banco Central, delineando um movimento de apreciação da moeda brasileira que indubitavelmente comprometeu a performance das exportações paranaenses de alimentos industrializados.

TABELA 9 - EXPORTAÇÃO, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS - PARANÁ - 1996-2007

ANO	PARANÁ			BRASIL		
	Exportação (R\$ mil)	VBPI (R\$ mil)	Coefficiente de Exportação (%) ⁽¹⁾	Exportação (R\$ mil)	VBPI (R\$ mil)	Coefficiente de Exportação (%) ⁽¹⁾
1996	2 223 263	6 265 880	35,5	9 749 215	67 556 938	14,4
1997	2 218 897	7 049 929	31,5	9 992 038	75 148 272	13,3
1998	2 039 308	7 341 629	27,8	10 227 339	79 284 670	12,9
1999	3 145 956	8 994 490	35,0	15 789 700	89 735 296	17,6
2000	2 621 406	9 504 085	27,6	14 484 419	100 123 737	14,5
2001	4 163 789	11 194 959	37,2	24 218 638	124 059 123	19,5
2002	5 504 585	14 191 743	38,8	31 874 966	149 944 069	21,3
2003	7 510 366	17 025 527	44,1	41 137 157	178 273 302	23,1
2004	8 987 677	20 245 512	44,4	49 912 263	206 850 355	24,1
2005	7 877 418	20 042 337	39,3	49 143 382	212 444 031	23,1
2006	6 968 202	22 102 630	31,5	49 612 535	230 425 575	21,5
2007	7 992 726	25 532 972	31,3	52 094 420	254 564 065	20,5

FONTES: IBGE, MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) O coeficiente de exportação corresponde à razão entre as exportações do setor, convertidas em reais pela taxa cambial média de cada ano, e o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), levantado pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Por fim, com o objetivo de realçar a importância das cooperativas, observa-se que os empregos formais nos estabelecimentos industriais alimentícios do ramo cooperativista somaram 21,6 mil no Paraná em 2008, de acordo com o MTE, o que correspondeu a 13,9% do total dos vínculos empregatícios do setor. Esse número absoluto representa acréscimo de 183,5% em comparação a 1995, quando as ocupações mantidas pelas cooperativas paranaenses da referida atividade econômica totalizaram 7,6 mil (tabela 10).

Diante disso, há indicações de apropriação do crescimento agroindustrial pelas empresas baseadas em associações de produtores, que adotaram estratégias de diversificação com o objetivo de superar a baixa rentabilidade inerente à condição de simples ofertantes de matérias-primas. Como exemplos dessas ações, podem ser citados os investimentos no abate de aves, adicionando valor à produção de grãos, na fabricação de derivados lácteos, viabilizada pela captação do leite cru produzido pelos associados, e na industrialização de sucos à base de soja, com a considerável oferta da oleaginosa em âmbito regional.

É interessante colocar que esses movimentos do segmento cooperativista parecem ter sido mais intensos no Paraná, dado o maior aumento do número de postos de trabalho formais no período recente, em relação às demais unidades da Federação. Em 1995, o Estado foi responsável por 16,7% dos empregos gerados pelas cooperativas do ramo de industrialização de alimentos, participação que subiu para 34,2% em 2008, o que alçou o Paraná à liderança nacional.

TABELA 10 - EMPREGOS FORMAIS GERADOS PELAS COOPERATIVAS DO RAMO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 1995/2008

UF	1995		2001		2008	
	Número de Empregos Formais	Part. (%)	Número de Empregos Formais	Part. (%)	Número de Empregos Formais	Part. (%)
Paraná	7 611	16,7	8 454	19,0	21 580	34,2
Santa Catarina	5 633	12,4	6 313	14,2	10 560	16,7
Rio Grande do Sul	9 080	20,0	10 030	22,6	10 505	16,6
Minas Gerais	8 197	18,0	6 913	15,5	8 557	13,6
São Paulo	6 706	14,7	4 850	10,9	3 655	5,8
Goiás	2 386	5,2	2 215	5,0	2 005	3,2
Mato Grosso	456	1,0	730	1,6	1 229	1,9
Rio de Janeiro	2 328	5,1	1 702	3,8	1 009	1,6
Espírito Santo	1 328	2,9	711	1,6	862	1,4
Mato Grosso do Sul	272	0,6	722	1,6	779	1,2
Outras UFs	1 504	3,3	1 826	4,1	2 364	3,7
TOTAL	45 501	100,0	44 466	100,0	63 105	100,0

FONTE: MTE - Relação Anual de Informações Sociais

CONCLUSÃO

A agropecuária do Paraná sofreu mudanças importantes nas últimas décadas, com a radicalização do conceito do agronegócio. De uma forma bastante simplificada, assistiu-se ao aumento da influência dos conglomerados agroindustriais na determinação das atividades primárias, como reflexo dos menores riscos econômicos, almejados pelos proprietários rurais, que são propiciados por modelos de produção com forte controle por parte dos agentes industriais. Em paralelo, apresentando similaridades em relação a ciclos agrícolas passados, as alterações no perfil produtivo do setor primário paranaense caminharam na direção dos segmentos com maior inserção externa, condição que assegura maior liquidez aos bens produzidos, além de patamares mais elevados de rentabilidade.

Tais mudanças avançaram em um contexto de esgotamento da capacidade estatal de financiamento da produção e de intervenção nos mercados agrícolas. É inegável, entretanto, que uma parcela da população rural não pode prescindir do apoio oficial à produção, cujos desdobramentos sociais são consideráveis, uma vez que a incorporação pelos sistemas agroindustriais é limitada aos produtores com requisitos mínimos de capacitação e tecnificação.

Especificamente no caso das atividades manufatureiras, não obstante as diferenças setoriais, pode-se afirmar que o Paraná vem mantendo a sua posição de importante produtor agroindustrial, o que denota razoáveis condições de competitividade. Mas, há fatores de ameaça à continuidade do dinamismo estadual, representados principalmente pela possibilidade de restrição futura à oferta primária, devido à diminuta disponibilidade de novos espaços para a exploração agropecuária, o que é considerado pelas organizações agroindustriais em processos decisórios de investimento, dada a imprescindibilidade da obtenção de ganhos de escala pelas firmas do setor.

Além disso, são reais os riscos de estagnação em caso de insuficiente incorporação à base produtiva de atividades industriais caracterizadas por uma maior adição de valor, tornando preponderantes no agronegócio estadual os segmentos dedicados apenas às primeiras etapas de processamento. Nesse sentido, sem deixar de reconhecer os avanços qualitativos recentes, verifica-se que a relação VTI/VBPI da indústria paranaense de alimentos, indicador do grau de agregação de valor, atingiu 33,0% no ano de 2007, abaixo dos 36,2% referentes à média nacional, puxada principalmente pela agroindústria paulista, o que indica margem para o adensamento produtivo do agronegócio do Estado.